



Número: **0011563-98.2019.8.17.3130**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Petrolina**

Última distribuição : **17/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WERCLEI PEREIRA DA SILVA (AUTOR)		IONE NADJA GONCALVES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE LIMA LEMOS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
55636032	17/12/2019 09:46	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
55636035	17/12/2019 09:46	<a href="#">1 DPVAT - Complementação - Werclei</a>	Petição em PDF
55636036	17/12/2019 09:46	<a href="#">2 Werclei - Procuração</a>	Procuração
55636037	17/12/2019 09:46	<a href="#">3 Werclei - Documento pessoal</a>	Documento de Identificação
55636038	17/12/2019 09:46	<a href="#">4 Werclei - Comp de residência</a>	Documento de Comprovação
55636039	17/12/2019 09:46	<a href="#">Werclei BO</a>	Documento de Comprovação
55636063	17/12/2019 09:48	<a href="#">Outros (Documento)</a>	Outros (Documento)
55636067	17/12/2019 09:48	<a href="#">Werclei - Procedimento UNIVASF</a>	Documento de Comprovação
56907799	27/01/2020 08:54	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
57175416	30/01/2020 14:12	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
57177451	30/01/2020 14:12	<a href="#">Werclei PROVA SEGURO DPVAT</a>	Documento de Comprovação
58071788	19/02/2020 12:04	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

EM ANEXO



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA \_\_\_\_<sup>a</sup>  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE PETROLINA/PE

**WERCLEI PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 054.774.014-00, com endereço na Rua da compesa, nº 665, Isacolândia, ZONA RURAL de Petrolina/PE, CEP 56343-000, representado por seus advogados *in fine* assinados conforme Procuração em anexo, com endereço profissional a Av. Sousa Filho 842, Galeria Alameda Center, Centro Petrolina-PE, para fins do art. 106, I, do Código de Processo Civil, com fulcro na Lei 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, vem, mui respeitosamente a V.Exa., propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA COMPLEMENTAR  
(DPVAT)**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

**DOS FATOS**

A parte requerente aciona a empresa demandada no intuito de receber a indenização do SEGURO POR DANOS PESSOAIS causado por veículo automotor, em decorrência da invalidez /deformidade permanente que fora vitimada (docs. anexos), em face de acidente de trânsito ocorrido em **07/08/2019**, conforme documentação anexa.

De acordo com a documentação anexa (docs. anexos), **o autor, em razão do acidente, sofreu fraturas no metatarso de pé direito apresentando deformidades de caráter permanente**, portanto, não há que se falar em ausência de provas do que se alega, nem mesmo da necessidade de dilação probatória.

Assim, consoante própria Lei de regência do Seguro DPVAT, não é de exigir que o laudo médico seja proferido por um especialista pertencente ao quadro do IML, já que adotou-se a praxe por parte das Seguradoras que compõem o Grupo vinculado ao Seguro DPVAT, de admitirem e indenizarem estas vítimas de acidentes de trânsito, baseado em



laudos e/ou documentos médicos que sejam produzidos e atestados por médicos especialistas, como no presente caso.

Destarte, segundo a determinação legal, será devido o pagamento da indenização mediante a mera ocorrência do sinistro e da extensão do DANO por ele provocado.

Já pacífico pelos tribunais a complementação do valor a receber proporcional ao dano.

Ainda, quando a seguradora não paga o valor devido a indenização da qual uma vítima tem direito, fere não só a lei do Seguro DPVAT, mas fere o princípio Constitucional da dignidade da pessoa humana, pois espera uma indenização para amenizar os danos e os traumas do acidente e termina recebendo um valor bem inferior do que o valor legalmente garantindo.

A seguradora não avaliou corretamente os traumas e os danos sofridos pela debilidade permanente de um membro inferior, o que será mostrado pelos argumentos a seguir aduzidos.

## **DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

### **DO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA**

A parte Requerente teve o zelo, cuidado de comprovar que antes mesmo de ajuizar a presente lide, se dirigiu à Demandada pela via administrativa para receber a indenização, apresentando toda documentação referente à liquidação do Seguro DPVAT que faz jus, conforme atestado acima, e originou no recebimento da quantia inicial de **R\$ 1.012,50**. **Desta feita, resta receber complemento de quantia correspondente ao grau da sua invalidez, a ser quantificado mediante perícia a ser designada por este Juízo e/ou documentos acostados. Isso porque, a prova pericial é imprescindível para que se verifique a existência de sequelas permanentes com a perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores ou invalidez permanente parcial incompleta.**

### **DOS DISPOSITIVOS LEGAIS E DO VALOR SECURITÁRIO**

A Lei nº 6.194/74, que disciplina e rege o seguro obrigatório DPVAT, determina o pagamento da indenização às vítimas de acidente de trânsito, em casos de invalidez permanente, conforme dispõe a nova redação do Art. 3º, II, que assim determina:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (...) II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;



Assim, comprovado com a documentação que na data do acidente, a lei vigente referenciava a invalidez de modo amplo, tal indenização é devida no seu valor máximo.

A Lei nº 11.482/07 determina o patamar de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), levando-se em consideração o percentual MÁXIMO relativo a PERDA/INUTILIZAÇÃO/DEBILIDADE de partes do corpo do postulante conforme Laudo Médico anexo (doc. anexo), respeitados os termos da própria tabela inserida pela Lei 11.945/2009.

Sendo assim, resta ao autor receber uma complementação a título de indenização de seguro DPVAT pela lesão que o mesmo suporta em razão do sinistro, correspondente à diferença que a demandada indevidamente deixou de pagar.

Assim, de modo límpido nos deparamos com uma gritante violação do direito da parte Autora, como no caso em tela, tendo por consequência lógico-jurídica o ato ilícito, pelo descumprimento contratual por parte do Réu, que desde logo deve ser reparado, o que se enquadra no Código Civil nos seguintes termos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Ou seja, pela omissão voluntária do réu, que reflete diretamente num prejuízo ao Autor tem-se configurado um ato ilícito.

No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Nunca é demais ratificar que a Lei n. 6.194/74, determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a demandada, procura inviabilizar o Seguro DPVAT, agindo em rota de colisão com o dispositivo legal já citado.

Ainda, conforme TABELA DO CNSP/SUSEP, inserida pela Lei 11.945/2009 que alterou o art.3º da Lei 6194/1974 em consonância com a **Súmula do STJ 474 a indenização deve ser proporcional ao grau de invalidez**.

**Porém, mesmo sendo proporcional ao dano a indenização paga pela seguradora não condiz com o valor estipulado pela tabela. Portanto, o autor faz jus ao complemento pretendido.**

O anexo Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009, traz os percentuais a serem aplicados no art. 3º da Lei nº 6.194/74. **Conforme o anexo havendo Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior haverá indenizações. Vejamos o anexo:**



<b>Danos Corporais Totais</b> <b>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfíncteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b> <b>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b> <b>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

## DAS JURISPRUDÊNCIAS



APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. **Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos** (art. 543-C do Código de Processo Civil) e **Súmula 474 do STJ**. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. **SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA.** Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT. Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016). (grifou-se).

#### **DA PROVA PERICIAL – DA TEORIA DA DINAMIZAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Observa-se que no CPC/2015, no art. 373 § 1º, conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

A *Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova*, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Assim, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, este ônus deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:



“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008)

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual requer, desde já, a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, **pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.**

#### **DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

**O autor é AGRICULTOR**, conforme registrado no BO, e não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas e despesas processuais e honorários advocatícios e periciais. Assim, requer os benefícios da Justiça Gratuita por ser necessitada economicamente na forma da lei, sendo-lhe assegurado pela Lei nº 1.060/50 e pelo que dispõe o artigo 98 do Código de Processo Civil, uma vez que o indeferimento de tal benefício dificultará a parte demandante de ter acesso à Justiça.

#### **DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da Petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, requer a TOTAL PROCEDÊNCIA dos seguintes pedidos:

- a) a concessão dos **benefícios da gratuidade da justiça**, com fundamento no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e dos artigos 98 e seguintes do Código de Processo Civil, uma vez que a requerente é pessoa pobre e não tem condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo de sua subsistência;
- b) a citação dos réus, para que, querendo, ofereça resposta no prazo legal, sob pena de sujeitar-se aos efeitos da revelia, na forma do art. 344 do CPC/15;





- c) **Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido à autora a título de indenização DPVAT;**
- d) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova art.373 § 1º do CPC/2015, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça. Assim, conforme visto, é dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373 do CPC, que diz que **ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para:

1. **Requer que seja apurado o valor devido a título de complementação, a depender do grau da invalidez que for constatado mediante perícia médica e/ou consoante documentos acostados, observado valor máximo/teto de R\$ 13.500,00, de acordo com os termos/percentuais constantes na própria tabela inclusa na Lei de Regência do Seguro DPVAT e o grau de lesão da parte autora, além da necessária e legal atualização e correção monetária;**
2. **Que V.Exa., caso julgue necessário, designe e nomeie o perito médico deste Douto Juízo, preferencialmente especialista na lesão acometida pelo autor, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se avalie as lesões sofridas pela parte autora e se quantifique o real valor devido a título de indenização DPVAT;**
3. **Após quantificado, que se aplique ao valor da indenização juros de mora de 1% ao mês a partir da citação da seguradora ré (Súmula 426/STJ) e a correção monetária deve incidir desde a data do evento danoso, ou seja, desde a data do acidente (Súmula 580 do STJ e artigo 398 do Código Civil) conforme índice INPC;**
4. Condenar a parte requerida ao pagamento de custas, despesas, honorários periciais e honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação a título de ônus sucumbenciais;

Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, por fim, o cadastramento dos advogados IONE NADJA GONÇALVES DE OLIVEIRA OAB/PE46820 e PAULO HENRIQUE LIMA LEMOS OAB/PE47587, para receber intimações, sob pena de nulidade.



Ademais, a parte autora ressalta que NÃO se opõem à designação da audiência de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do Código de Processo Civil.

Dá se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais)

Termos em que, pede deferimento.

Juazeiro-BA/Petrolina-PE, 17 de dezembro de 2019.

*Ione Nadja Gonçalves de Oliveira*

OAB/PE nº 46.820

*Paulo Henrique Lima Lemos*

OAB/PE nº 47.587



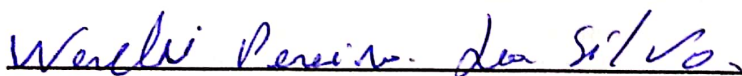
## PROCURAÇÃO PARTICULAR

**OUTORGANTE: WERCLEI PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, filho de Elias Pereira da Silva e de Josefa Maria de Santana Silva, portador do RG nº 12.979.612-34, emitido pela SSP/BA e inscrito no CPF sob o nº 054.774.014-00, residente e domiciliada na Rua Benetaka, nº 60, Morada Nova- Centro **CEP 53395-000 LAGOA GRANDE-PE**

**OUTORGADA(o): IONE NADJA GONÇALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, advogada, CPF nº 010.031.674-38 inscrita na OAB/PE sob o nº 46820, com escritório no Alameda Center - Avª Sousa Filho nº 842, Sala 4-Centro de Petrolina CEP 56304-000 Petrolina PE e **PAULO HENRIQUE DE LIMA LEMOS**, solteiro, advogado, com o CPF nº 098.997.544-47 inscrito na OAB sob o nº 47.587, com escritório na Rua 89, nº 65, COHAB V, 56310-680 Petrolina PE

**PODERES:** Por este presente instrumento de mandato o outorgante verifica aos outorgados poderes para o foro em geral, os da cláusula ad judicium et extra judicium, podendo ainda substabelecer, assinar termos, firmar compromissos, acordar, embargar, reconhecer, transigir, impugnar, receber, dar quitação, praticar enfim, quaisquer atos por mais especiais que sejam em qualquer instância ou tribunal, o que dará por firme e valioso a bem deste mandato.

Petrolina (PE)/Juazeiro (BA) 27 de Novembro de 2019



Outorgante

Scanned by CamScanner



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO  
NÃO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

Werclei Pereira da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GRIFF & SONS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 12.979.612-34 DATA DE EXPEDIÇÃO 11-09-2015

NOME WERCLEI PEREIRA DA SILVA

FILIAÇÃO ELIAS PEREIRA DA SILVA  
JOSEFA MARIA DE SANTANA SILVA

NATURALIDADE JUAZEIRO BA DATA DE NASCIMENTO 02-06-1981

DOC ORIGEM C.CAS. CM STA. MARIA DA BOA VISTA PE DS  
LAGOA GRANDE LV 04 FL 114 RT 1724

CPF 054.774.014-00

Assilda M.ª de Oliveira

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GRIFF & SONS





Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/03

**NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA**

Companhia Energética de Pernambuco  
Av. João de Barros, 111 Boa Vista, Recife - PE CEP 50050-932  
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Ins. Est. 0005943-03 | www.celpe.com.br

**DADOS DO CLIENTE**

MARIA FILMENA DE SANTANA

CPF: 023.882.344-09

**ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA**  
RUA DA COMEÇA 085

ISACOLANDIA/ISACOLANEA  
PETROLINA/PE  
516343-000

**CLASSIFICAÇÃO**  
B1 RESIDENCIAL  
RESIDENCIAL

Nº DA NOTA FISCAL	SERIE	EMIÇÃO
083101716	UNICA	28/10/2019
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
28/10/2019	201330048E	5850885

CONTA CONTRATO	MES/ANO
7016111885	10/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA PRECATORIAL
05/11/2019	28/11/2019
TOTAL A PAGAR (R\$)	58,33

**DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL**

Consumo Alvo(kWh)  
Acréscimo Bandeira AMARELA  
Acréscimo Bandeira VERMELHA  
ICMS Subvenção-CEIS-Nº 07-418508-28/08/19  
Multa por atraso-Nº 075418508-28/08/19  
Juros por atraso-Nº 075418508-28/08/19

QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
00,000000	0,9108252	55,11
		1,31
		0,47
		0,34
		0,79
		0,29

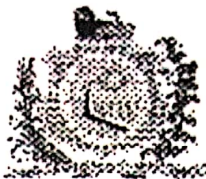
TOTAL DA FATURA

58,33

**DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL**







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO  
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 215ª CIRCUNSCRIÇÃO - LAGOA GRANDE -  
DP215ªCIRC DINTER2/26ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **19E0305000720**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **02/10/2019** às  
**10:48**

**ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado)**  
que aconteceu no dia **7/8/2019** no período da Noite

Fato ocorrido no endereço: **MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, 1, AVENIDA  
NILO COELHO - CENTRO - Bairro: CENTRO - LAGOA  
GRANDE/PERNAMBUCO/BRASIL**  
Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

A DEFINIR (AUTOR / AGENTE )  
CIONALDO DA SILVA RIBEIRO (OUTRO )  
FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUZA (TESTEMUNHA )  
JOSENILTON FERREIRA SOBRAL (TESTEMUNHA )  
WERCLEI PEREIRA DA SILVA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEÍCULO: (Produto de crime contra o patrimônio) , que estava em posse do(a)  
Sr(a): **WERCLEI PEREIRA DA SILVA**

**Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)**

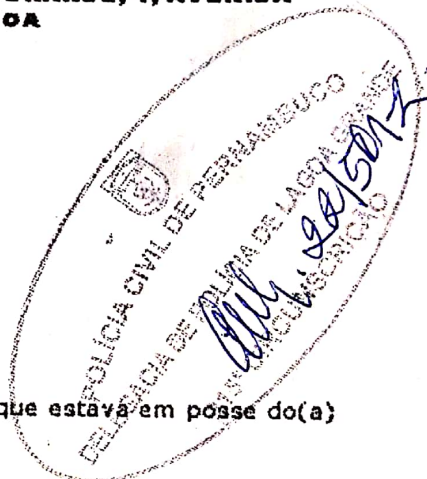
**WERCLEI PEREIRA DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe:  
JOSEFA MARIA DE SANTANA SILVA Pai: ELIAS PEREIRA DA SILVA Data de Nascimento:  
2/6/1981 Naturalidade: JUAZEIRO / BAHIA / BRASIL Documentos: 1297961234/SSP/BA (RG),  
05477401400 (CPF) Estado Civil: CASADO(A) Escolaridade: 1º. GRAU INCOMPLETO Profissão:  
AGRICULTOR(A) Telefones Celulares:  
- 98197280**

Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, 60, RUA BENETAKA - MORADA  
NOVA - CEP: 9 - Bairro: CENTRO - LAGOA GRANDE/PERNAMBUCO/BRASIL**

**A DEFINIR (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido Naturalidade: NÃO  
INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

**FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUZA (não presente ao plantão) - Sexo:  
Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL Estado Civil:  
CASADO(A) Escolaridade: 1º. GRAU INCOMPLETO Profissão: AGRICULTOR(A) Telefones  
Celulares:  
- 96596007**

Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, 30, RUA C - MORADA NOVA - CEP:  
6 - Bairro: CENTRO - LAGOA GRANDE/PERNAMBUCO/BRASIL**



Scanned by CamScanner



Boletim de Ocorrência

file:///C:/Users/POLEICIA CIVIL/.infopol/xml/EGEP...

**JOSENILTON FERREIRA SOBRAL (não presente ao plantão) - Sexo:**  
**Masculino** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL** Estado Civil: **CASADO(A)** Escolaridade: **1º. GRAU INCOMPLETO** Profissão: **AGRICULTOR(A)** Telefones Celulares: **- 96474332**

Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, 20, RUA CABERNET - MORADA NOVA - CEP: 0 - Bairro: CENTRO - LAGOA GRANDE/PERNAMBUCO/BRASIL**

**CIONALDO DA SILVA RIBEIRO (não presente ao plantão) - Sexo:**  
**Masculino** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL** Documentos: **07851104459 (CPF)** Estado Civil: **CASADO(A)** Escolaridade: **1º. GRAU INCOMPLETO** Profissão: **AGRICULTOR(A)** Telefones Celulares: **- 91005764**

Endereço Residencial: **MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, 20, RUA OZANA GOMES DE BARROS - CRISTO REI - CEP: 0 - Bairro: CENTRO - LAGOA GRANDE/PERNAMBUCO /BRASIL**

### Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

**MOTO PLACA KKM2652 (VEICULO)** de propriedade do(a) Sr(a): **CIONALDO DA SILVA RIBEIRO**, que estava em posse do(a) Sr(a): **WERCLEI PEREIRA DA SILVA**  
Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/OUTRO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**  
Cor: **PRETA** - Quantidade: **1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **KKM2652 (PERNAMBUCO/LAGOA GRANDE)** Renavam: **189226532** Chassi: **LBANE104190004423**  
Ano Fabricação/Modelo: **2003/2003**  
Descrição: **MOTO PLACA KKM2652**

### Complemento / Observação

**RELATA A VÍTIMA ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO SOFRIDO QUANDO CONDUZIA A MOTOCICLETA DA OCORRÊNCIA, QUE, INCLUSIVE, SE ACHA LICENCIADA PARA TERCEIRA PESSOA. RELATA QUE TRANSITAVA PELA AVENIDA NILO COELHO, CENTRO DESTA MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, QUANDO PERDEU O CONTROLE DO REFERIDO AUTOMOTOR, CAINDO NO MEIO DA VIA. RELATA QUE EM RAZÃO DA QUEDA, LESIONOU O PÉ DIREITO, TENDO O DIAGNÓSTICO DE FRATURA 02, 03 E 04 METATARSO DE PÉ DIREITO, SID 392, SENDO SUBMETIDO A CIRURGIA PARA LIMPEZA E FIXAÇÃO COM FIO K, CONFORME INFORMAÇÕES MÉDICAS DO ORTOPEDISTA / TRAUMATOLOGISTA DR FÁBIO AMORIM - CRMPE 18831 / CRMBA 23216, DATADAS DE 11.08.2019. RELATA QUE FOI INICIALMENTE ATENDIDO EM 07.08.2019, RECEBENDO OS PRIMEIROS SOCORROS NO HOSPITAL DE ENSINO SUPERIOR DR WASHINGTON ANTÔNIO DE BARROS, SITO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA, ONDE, ALIÁS, FOI CIRURGIADO E ONDE PERMANECERU INTERNADO POR QUATRO DIAS.**

### Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

X *Wercle Pereira da Silva*  
**WERCLEI PEREIRA DA SILVA**  
(VITIMA)

*Enmanuel Roberto de Araujo Filho*  
B.O. registrado por: **ENMANUEL ROBERTO DE ARAUJO FILHO MAT. 221.591-2**  
Matrícula: **221591-2**

Scanned by CamScanner



EM ANEXO, DOCUMENTOS REFERENTES AO PROCEDIMENTO HOSPITALAR





Ficha de Atendimento - Emergência Not. Att

## DADOS DO PACIENTE

Prontuário: 51538692

Paciente: WERCLEI PEREIRA DA SILVA

Mãe: JOSEFA MARIA DE SANTANA SILVA

Endereço: RUA 11, nº 0 - VILA MARCELA / PETROLINA (PE)

CNS: 700605982094764

Doc. Identificação:

Nasc.: 02/06/1981 Idade: 38

Telefone: (87) 98197290

HM: 18:40

## ANAMNESE DO MÉDICO

paciente vítima de acidente de moto  
com lesões e edemas no pé dir.  
Gr 0 no pé dir - P 106/100

no tornozelo dir - P 106/100

Dr. Paulo Amorim  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM PE 19.531  
CRM BA 23.216  
Sbot: 14.162

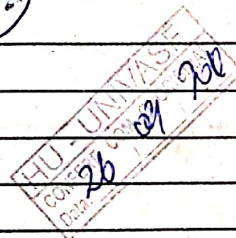
Mo Fustura Fustura 2-3-6-42 Mdt 1000 po dir

Gr 0 no pé dir - P 106/100

02/10/2019

Dr. Paulo Amorim  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM PE 19.531  
CRM BA 23.216  
Sbot: 14.162

Michella Mendes Pereira  
Assistente Administrativo  
HU UNIVASF EBSERH



Ass. Paciente: \_\_\_\_\_

Saída: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_ : \_\_\_\_


Data de impressão: 17/12/2019

Hora: 17:36

HU, preserve-o, ele também é seu.

Scanned by CamScanner



 <b>SUS</b> Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	<b>LAUDO PARA SOL DE INTER</b>		CH <b>LAÇÃO</b> <i>Bruna/ag. 19</i>
---	--------------------------------	--	---

1 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE		2 - CID 10
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE ENSINO DR. WASHINGTON ANTONIO DE BARROS		6042414
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE ENSINO DR. WASHINGTON ANTONIO DE BARROS		4 - CID 10 6042414

5 - NOME DO PACIENTE WERCLEI PEREIRA DA SILVA		6 - ACOMPANHANTE	7 - PROFISSIONÁRIO 51538692
8 - CNS 700605982094764	9 - RG	10 - CPF 5477401400	11 - NASCIMENTO 02/06/1981
12 - SEXO M		13 - RAÇA COR PAHDA	14 - PEGEÁVEL NÃO
15 - NOME DA MÃE JOSEFA MARIA DE SANTANA SILVA		16 - TELEFONE DE CONTATO (87) 98197290	
17 - NOME DO RESPONSÁVEL		18 - ETNIA	19 - TELEFONE DE CONTATO
20 - ENDEREÇO RUA 11. N/A - VILA MARCELA			
21 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA PETROLINA		22 - CÓD. IBGE 2611101	23 - UF PE
		24 - CEP 56300000	

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO	
25 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO APRESENTANDO DOR E EDEMA EM PÉ DIREITO.	

26 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO NECESSIDADE DE CIRURGIA.	
--	--

27 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) EXAME CLÍNICO + RADIOGRAFIA.	
---	--

28 - DIAGNÓSTICO INICIAL FRATURA DE OSSOS DO METATARSO	
29 - CID 10 PRINCIPAL S92.3	30 - CID 10 31 - CID 10 C. ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO	
32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METATARSOS	
33 - CÓD. PROCEDIMENTO 408050405	34 - CLÍNICA
35 - CARATER DA INTERNAÇÃO	36 - DOCUMENTO ( ) CNS (X) CPF 1324316454
37 - N. DOCUMENTO (CNS/CPF) (X) PROF. (X) ASS. (X) D. E. F.	38 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE FABIO HENRIQUE RODRIGUES DE AMORIM
39 - DATA DA SOLICITAÇÃO 07/08/2019	40 - ASS. CARIMBO (N. REG. CONSELHO) 19531/CREMEPE

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)	
41 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO	42 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO
43 - ( ) ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO	44 - CNPJ DA SEGURADORA
45 - N. BILHETE	46 - SÉRIE
47 - CNPJ EMPRESA	48 - CNAE EMPRESA
49 - CID 10	50 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA ( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) NÃO SEGURADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO	
51 - NOME PROF. AUTORIZADOR	52 - CÓD. ORGÃO
53 - DOCUMENTO ( ) CNS ( ) CPF	54 - NÚMERO DOCUMENTO (CNS/CPF) PROF. AUTORIZADOR
55 - DATA DE AUTORIZAÇÃO 08/08/19	56 - ASSINATURA E CARIMBO (N. REG. CONSELHO) Paulo Henrique Lemos
57 - N. AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	

Scanned by CamScanner

Assinado eletronicamente por: PAULO HENRIQUE LIMA LEMOS - 17/12/2019 09:48:58

<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121709485838500000054736653>

Número do documento: 19121709485838500000054736653

Num. 55636067 - Pág. 2



## DESCRIÇÃO CIRÚRGICA

NOME: <i>Miguel Antonio de Jesus</i>		DATA INTERNAÇÃO
DIAGNOSTICO: <i>Doença de 3 m. l. a. e. d.</i>		DATA CIRURGIA: <i>10-08-19</i>
PROCEDIMENTO: <i>análise de j.</i>		INÍCIO:
		TÉRMINO:
CIRURGIÃO: <i>Amala</i>	Anestesista: <i>P. M.</i>	
CIRURGIÃO:		
1º aux.: <i>V. M. A.</i>	2º Aux:	
Anestesia: <i>profunda</i>		
<p style="text-align: center;"><i>Intervenção cirúrgica em abdômen -                  laparoscopia                  - Insuficiência em plano                  anterior da parede                  lateral do abdômen                  - Insuficiência                  - Sutura</i></p>		



*Michella Mendes Pereira*  
 Assessoria Administrativa  
 110 5119 2962

*Ronald Carvalho Lustosa*  
 110 5119 2962

FICHA DE ANESTESIA - HU - UNIVASF				HU UNIVASF		PRONTUÁRIO		DATA																																											
NOME: <u>Wesley Pereira da Silva</u>				SEXO: <u>M</u>		IDADE: <u>ASA</u>		DATA: <u>16/05/2019</u>																																											
CIRURGIÃO: <u>Dr. Samuel</u>				ANESTESIOLOGISTA: <u>M. Celso</u>		URGÊNCIA: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>																																													
PROCEDIMENTO: _____																																																			
Anamnese:						INÍCIO: <u>14:50</u>		TÉRMINO: <u>12:40</u>																																											
Alergia: <input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Sim Jejum: <input checked="" type="radio"/> >8h <input type="radio"/> <8h Patologias: <input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Sim						CONDIÇÕES DE ENTRADA PA: _____ FC: _____ SAT: _____ OUTROS: _____																																													
Exames: _____																																																			
<div style="display: flex;"> <div style="flex: 1;"> <p><b>HORÁRIO</b></p> <p>O2 _____</p> <p>N2O AR _____</p> <p>SAT _____</p> <p>TCG _____</p> <p>LiCO2 _____</p> <p>DIURESE _____</p> <p><b>LÍQUIDOS</b></p> <p>Símbolos _____</p> <p>PAMI <input checked="" type="checkbox"/> Início/Fim Garrote</p> <p>Início/Fim Anestesia X</p> <p>Pressão Arterial <input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Início/Fim Cirurgia <input checked="" type="checkbox"/> Pulso <input checked="" type="checkbox"/></p> </div> <div style="flex: 2;"> </div> <div style="flex: 1;"> <p><b>MEDICAÇÃO</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Dose</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>1</td><td></td></tr> <tr><td>2</td><td><u>Neosin - 2-1</u></td></tr> <tr><td>3</td><td></td></tr> <tr><td>4</td><td><u>Cefal - 2g</u></td></tr> <tr><td>5</td><td></td></tr> <tr><td>6</td><td></td></tr> <tr><td>7</td><td></td></tr> <tr><td>8</td><td></td></tr> <tr><td>9</td><td></td></tr> <tr><td>10</td><td></td></tr> <tr><td>11</td><td></td></tr> <tr><td>12</td><td></td></tr> <tr><td>13</td><td></td></tr> <tr><td>14</td><td></td></tr> <tr><td>15</td><td></td></tr> <tr><td>16</td><td></td></tr> <tr><td>17</td><td></td></tr> <tr><td>18</td><td></td></tr> <tr><td>19</td><td></td></tr> <tr><td>20</td><td></td></tr> </tbody> </table> </div> </div>											Dose	1		2	<u>Neosin - 2-1</u>	3		4	<u>Cefal - 2g</u>	5		6		7		8		9		10		11		12		13		14		15		16		17		18		19		20	
	Dose																																																		
1																																																			
2	<u>Neosin - 2-1</u>																																																		
3																																																			
4	<u>Cefal - 2g</u>																																																		
5																																																			
6																																																			
7																																																			
8																																																			
9																																																			
10																																																			
11																																																			
12																																																			
13																																																			
14																																																			
15																																																			
16																																																			
17																																																			
18																																																			
19																																																			
20																																																			
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <p>Posição: _____</p> <p>Hemocomponentes: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim</p> </div> <div> <p>Antibiótico: <input type="checkbox"/> Profilático, <input type="checkbox"/> Terapêutico</p> <p>1 Dose: _____ Hora: _____</p> <p>2 Dose: _____ Hora: _____</p> </div> </div>																																																			
Descrição: _____						<p><b>MONITORIZAÇÃO</b></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> OXIMETRIA <input type="checkbox"/> ANALISADOR GÁS</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> CARDIOSCOPIA <input type="checkbox"/> PAI</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> PNI <input type="checkbox"/> OUTROS</p> <p><input type="checkbox"/> CAPNOGRAFIA <input type="checkbox"/></p> <p><input type="checkbox"/> SVD <input type="checkbox"/></p>																																													
						<p><b>TÉCNICA ANESTÉSICA</b></p> <p><input type="checkbox"/> ACOMPANHAMENTO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> RAQUIANESTESIA <input type="checkbox"/> G. VENOSA</p> <p><input type="checkbox"/> G. BALANCEADA <input type="checkbox"/> PERIDURAL</p> <p><input type="checkbox"/> G. INALATÓRIA <input type="checkbox"/> PERI CONT.</p> <p><input type="checkbox"/> B. PLEXO <input type="checkbox"/></p>																																													

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: PAULO HENRIQUE LIMA LEMOS - 17/12/2019 09:48:58

<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121709485838500000054736653>

Número do documento: 19121709485838500000054736653



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**1ª Vara Cível da Comarca de Petrolina**

PÇ SANTOS DUMMONT, S/N, Forum Dr. Manoel Souza Filho, Centro, PETROLINA - PE - CEP: 56302-000 - F:(87)  
38669519

Processo nº **0011563-98.2019.8.17.3130**

AUTOR: WERCLEI PEREIRA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

## DESPACHO

Conclusos,

### **INTERESSE DE AGIR**

A deflagração da atividade jurisdicional do Estado, que pressupõe a existência de lesão ou ameaça a direito (CRFB, art. 5º, XXXV), exige que a parte requerente demonstre que possui interesse de agir. O interesse de agir é verificado quando a jurisdição se mostra útil e necessária à resolução do litígio.

Verifica-se que há utilidade quando o processo é capaz, ao menos em tese, de conduzir a parte autora a uma situação mais favorável do que aquela em que se encontrava até a propositura da demanda. Paralelamente, a provocação da atividade jurisdicional revela-se necessária quando não foi possível, por outros meios, obter a satisfação da pretensão que é manifestada em juízo. Nesse sentido, o art. 17, do CPC dispõe que, para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade. Já o art. 485 do mesmo diploma normativo, ao elencar as causas de extinção do processo sem exame do mérito, inclui, em seu inciso VI, a ausência de legitimidade ou de interesse processual.

Em tal cenário, em que pese a garantia da inafastabilidade do controle jurisdicional vede a instituição de instâncias administrativas de curso forçado; para que se caracterize o interesse processual na ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT, deve ser demonstrado que a seguradora: a) negou o pagamento da indenização que o segurado entende devida; b) efetuou o pagamento de indenização em montante inferior ao qual o segurado entende que lhe é devido; ou c) absteve-se de analisar o requerimento de pagamento da indenização em prazo razoável - 30 dias.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. INÉRCIA DO AUTOR QUANTO A ESTE PEDIDO. REVERSÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INCURSÃO EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA. MATÉRIA ATINENTE À COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso da demanda judicial. 2. Rever o entendimento firmado pelo acórdão recorrido, no sentido da não formulação do requerimento administrativo, demanda a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. 3. O tema constitucional em discussão



(inafastabilidade do acesso ao Poder Judiciário) refoge à alçada de controle desta Corte Superior de Justiça. 4. Agravo regimental desprovido”.(AgRg no REsp 936.574/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/08/2011, DJe 08/08/2011).

No caso em exame, não constatei nenhum requerimento administrativo de pagamento da indenização, bem como a respectiva negativa.

Diante disso, considerando o disposto nos arts. 9º e 10 do CPC, intime-se a parte autora, na pessoa do(a) advogado(a) para manifestar-se sobre a ausência de interesse processual na propositura da presente demanda, no prazo de 15 (quinze) dias e sob pena de indeferimento da inicial (CPC, arts. 485, I c/c 330, III).

Oportunamente, à conclusão. Expedientes necessários.

Petrolina, data da assinatura.

**VALLERIE MAIA ESMERALDO DE OLIVEIRA**  
**Juiz de Direito**



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA 1ª VARA  
CÍVEL DA COMARCA DE PETROLINA/PE

Processo nº 0011563-98.2019.8.17.3130

Parte inferior do formulário

WERCLEI PEREIRA DA SILVA, representado por seus advogados *in fine* assinados , com endereço profissional a Av. Sousa Filho 842, Galeria Alameda Center, Centro Petrolina-PE, em cumprimento ao despacho ID.56907799, vem, mui respeitosamente a V.Exa. juntar o comprovante do processo administrativo do seguro DPVAT com número de sinistro 3190610251.

Ante ao exposto, requer a juntada do documento supracitado e andamento do feito para que se atinja o fim colimado.

Nestes termos , pede deferimento.

Petrolina- PE, 30 de janeiro de 2020.

**Ione Nadjá Gonçalves de Oliveira**

OAB/PE nº 46.820

**Paulo Henrique Lima Lemos**

OAB/PE nº 47.587





**SINISTRO 3190610251 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA WERCLEI PEREIRA DA SILVA****COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** TRAÇÃO**CORRETORA DE SEGUROS LTDA-ME****BENEFICIÁRIO WERCLEI PEREIRA DA SILVA****CPF/CNPJ:** 05477401400**Posição em 26-11-2019 16:32:18**

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado.

Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
22/11/2019	R\$ 1.012,50	R\$ 0,00	R\$ 1.012,50







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

**1ª Vara Cível da Comarca de Petrolina**

PÇ SANTOS DUMMONT, S/N, Forum Dr. Manoel Souza Filho, Centro, PETROLINA - PE - CEP: 56302-000 - F:(87)  
38669519

Processo nº **0011563-98.2019.8.17.3130**

AUTOR: WERCLEI PEREIRA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

### DESPACHO

Conclusos,

#### **CARACTERIZAÇÃO DO INTERESSE PROCESSUAL**

Considerando o documento apresentado no Id 57177451 - Pág. 1, reputo caracterizado o interesse de agir no pedido de complementação da indenização.

Intimem-se as partes; sendo que a parte autora, na pessoa do(a) advogado(a).

#### **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**

Considerando que a afirmação contida no documento acostado ao processo goza de presunção de veracidade (CPC/2015, art. 99, § 3º), e não existindo nos autos, pelo menos até o momento, documentos que evidenciem o contrário do que foi declarado, defiro o benefício da gratuidade judiciária ao autor. Intimem-se as partes, sendo que a parte autora, através do(a) patrono(a).

#### **IMPULSO OFICIAL**

O autor não requereu a designação de audiência prévia de conciliação, na forma do art. 334 do CPC. Ademais, a experiência releva que, em ações que buscam indenização – ou complementação – do seguro DPVAT, a parte demandada não realiza qualquer composição antes da realização da prova pericial para averiguação da extensão das lesões sofridas pelo segurado em decorrência de acidente de trânsito. Diante disso, deixo de designar audiência de conciliação ou mediação.

**CITE-SE**, pois, o(a) requerido(a) para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, com a advertência de que, se não contestar a ação, será considerado(a) revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC/2015, art. 344).

#### **MANIFESTAÇÃO DA PARTE AUTORA APÓS APRESENTAÇÃO DA RESPOSTA**

Desde que apresentada a resposta, intime-se a parte autora, através do(a) patrono(a) e no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, arts. 350, 351 e 437, § 1º), para oferecer, querendo, réplica à contestação, se cabível, bem como manifestar-se sobre os documentos eventualmente acostados com a defesa.

Oportunamente, à conclusão. Expedientes necessários.

Petrolina, data da assinatura eletrônica.

**VALLERIE MAIA ESMERALDO DE OLIVEIRA**

**Juiz de Direito**

